



A RUPTURA DA REPRESENTAÇÃO DA MULHER IDEAL: A SAÍDA FEMININA DO MUNDO PRIVADO

ROOS MALLMANN, Márcia Fernanda de Mello¹

Resumo: O presente artigo, a partir da revisão de literatura pertinente ao tema, trás à luz a questão de gênero. Seu foco encontra-se na ruptura da representação da mulher ideal cujo estereótipo é proveniente de uma sociedade baseada em parâmetros patriarcais, através do quais vontades e necessidades das mulheres foram sobrepujadas ao terem suas a voz e vez cerceadas, por muito tempo na História Ocidental. A ruptura em questão centra-se na participação política da mulher cujos caminhos percorridos são perpassados por estigmas sociais, estereótipos e dilemas. Estigmas tais que a colocou como potencial destruidora da família, como um ser masculinizado, que teria se tornado feminista por ser "feia" ou solteirona. Mesmo diante de tantos empecilhos sociais a participação feminina no *locus* político realizou-se, ou melhor, ainda realiza-se. Apesar de ser lento e tímido o aumento de mulheres na vida política este se mostra como definitivo.

Palavras-chave: Gênero. Política. Público. Privado.

Introdução

O presente artigo intenta demonstrar, a partir de uma revisão bibliográfica cuja literatura é pertinente ao tema, quais são causas para as permanências históricas no que tange às definições de feminino e às determinações de lugares a serem ocupados historicamente pelas mulheres. Por conseguinte, pretende-se demonstrar como tais definições e delimitações ainda afetam a participação feminina na política, resultando em uma tímida entrada na esfera pública. Tal participação da esfera pública será exposta pelas estatísticas dos últimos pleitos.

A entrada feminina na vida pública encerra em si um processo de intensas rupturas que levam as mulheres a espaços que historicamente não lhes pertenciam,

¹ Professora de História, licenciada pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), especialista em História com ênfase em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), acadêmica do curso de Letras da Universidade de Cruz Alta. Endereço eletrônico: marcia_roos@hotmail.com.



que as colocam no dilema de romperem conceitual e fisicamente com o mundo privado, que lhes fora outrora imposto. A partir disso, constrói-se uma nova perspectiva, a cerca da qual a posição social da mulher passa a ser ressignificada e diante da qual lhe é imputado um universalismo que perpassa diversos âmbitos da vivência humana.

Revisão de Literatura

“Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir a tribuna”.

Foi com essas palavras que Olympe de Gouges se expressou ao ser condenada à guilhotina após ter lutado junto com os homens pelos ideais burgueses da Revolução Francesa². Uma mulher que ousou invadir o espaço público historicamente definido como masculino. Nesse espaço, “modelado pela palavra e sua circulação”³, as palavras femininas, além universo privado, provocaram resistências masculinas.

Ao expressar idéias publicamente, as mulheres viram-se condenadas pelos “grandes” teóricos. Afinal a mulher ao querer expor idéias, ao querer aproximar-se do conhecimento provoca um retorno ao mítico paraíso bíblico. Há ressonância do pecado original, não um pecado sexual como se transformou ao longo da visão religiosa, mas um pecado de cunho intelectual... Pois não ocorrera no relato de Gênesis que a mulher fora seduzida pela malévola serpente? A que lhe indicou o caminho para a árvore do conhecimento do que é bom e do que é mau? Sim, o caminho para o conhecimento... Desejo de conhecimento que apartara os humanos da presença divina... Por culpa da mulher, que desejara saber. E, a partir dessa idéia concebida pelo universo masculino, a mulher se viu apartada do saber filosófico, do conhecer científico e do participar religioso. Restou-lhe um silêncio quebrado apenas pelos murmúrios domésticos, pelas intrigas caseiras. Contudo, o

² Na Revolução Francesa, associações de mulheres republicanas já reivindicavam que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade se estendessem ao sexo feminino, mas os avanços obtidos no período perderam-se parcialmente com a era napoleônica.

³ COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. Tese de doutorado pela PUC-RS, pág. 17.



mesmo desejo de conhecimento que levava à expulsão do mítico paraíso masculino, descrito na Bíblia, acompanhou a mulher constantemente a querer conhecer, falar e expor suas idéias e conhecimentos. E também a querer votar...

Dessa vez, milênios mais tarde, não havia mais paraíso algum a ser perdido... Mas sim um universo falocêntrico, que desesperadamente tentava manter as mulheres enclausuradas, presas em sua ignorância doméstica e em suas eternas gravidezes. Os grandes filósofos consideravam que o lugar das mulheres era realmente em casa e que o silêncio era o mais belo adorno feminino. Pode-se tomar como exemplo contundente o filósofo Jean-Jacques Rousseau que fizera questão de estabelecer e delimitar os lugares a serem ocupados por homens e mulheres e de qualificar a palavra de acordo com o sexo, sendo a palavra feminina historicamente entendida como possuindo menos mérito que a masculina. Rousseau demonstra essa idéia afirmando que o homem diz o que sabe enquanto a mulher diz o que lhe agrada; o homem para falar necessita de conhecimento, e a mulher do gosto e que ele deve ter como objeto principal as coisas úteis e ela as agradáveis⁴. Ou seja, aos homens o conhecimento e às mulheres a superficialidade.

Nietzsche, por sua vez, mesmo atacando impiedosamente a ilustração racional e universalista, desdenhando do espírito de rebanho. Mesmo tendo influência na história das mulheres através de seu ceticismo em relação às noções de fato e de verdade, à negação das essências, à valorização da pluralidade de interpretações e à politização do discurso, Nietzsche segue o mesmo caminho de Rousseau quando o assunto é mulher... Sua postura diante da mulher pouco ou nada se difere da de seus contemporâneos. O filósofo alemão no aforismo 232 do livro *Para Além do Bem e do Mal*⁵ nos diz o seguinte acerca sua perspectiva diante da emancipação e das palavras femininas:

A mulher quer emancipar-se (...) Sem duvida este constitui um dos piores progressos no sentido do geral afetamento da Europa (...) Há tanto pedantismo na mulher, tanta superficialidade, doutrinação, presunção mesquinha, pequenez desenfreada e imodesta! (...) Não revela um supremo mau gosto o fato de a mulher se preparar desta maneira para ser científica? Até os dias de hoje, a tarefa do esclarecimento era, felizmente, assunto para homem, dom masculino (...).

⁴ Idem.

⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. SP: Ed. Martin Claret, 2006, p. 152-154.



Nós, os homens, desejamos que a mulher não continue a desacreditar-se pelo esclarecimento. Foi preocupação e solicitude do homem pela mulher o fato de que a Igreja decretasse: *mulier taceat in ecclesia!*. Foi em proveito da mulher que Napoleão deu a entender a demasiado loquaz Madame de Stäel: *mulier taceat in politicis!*

Nietzsche, ao concordar com as palavras de Paulo de Tarso: *mulier taceat in ecclesia*, ou seja, que as mulheres se calessem na igreja e com as de Napoleão: *mulier taceat in politicis*, isto é, que as mulheres se calassem na política, estabelece que o lugar feminino, que o lugar social a ser ocupado pelas mulheres é aquele afastado das idéias e das palavras... A mulher calada seria a representação⁶ da mulher ideal. Muito interessante se mostra a opinião da própria Madame Stäel a esse respeito ao declarar que “desde que se condena e se corta cabeça à mulher por motivos políticos não sei com que direito se lhe nega a intromissão nesses assuntos”⁷.

São esses os assuntos proibidos às mulheres, assuntos que as desviariam de sua aptidão natural, sua função de reprodutora da espécie. Temia-se que as mulheres que se aproximassem de assuntos masculinos, da ciência, da política, do público seriam uma ameaça à família... Ana Maria Colling, em seu estudo sobre a formação da cidadania da mulher no Brasil, faz o levantamento de uma série de questões pertinentes à participação da mulher na política e à possibilidade do sufrágio feminino. A autora mostra um anteprojeto eleitoral de 1932 que levantou inúmeros debates no que se refere à mulher como portadora de título eleitoral. Os argumentos contra o voto feminino vão desde a masculinização da mulher à ameaça à estrutura familiar tradicional. Pode-se, nesse anteprojeto, perceber o nível de argumentação usada para desestimular as mulheres e alertar os homens:

⁶ Segundo Roger Chartier as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam sendo que as percepções do social não são de forma alguma neutras: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. A pesquisa sobre representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

⁷ COLLING. Op.Cit., p.188.



Uma mulher portadora de título eleitoral não pode ter a graça, o encanto, a elegância, o espírito, o sentimento, a beleza mesmo de uma mulher-mulher. Como será possível a um homem de bom gosto levar para casa um outro cidadão, ainda que do sexo oposto, que entrará para o lar de título em punho discutindo sobre as vantagens do voto secreto, da legislação social e todas essas coisas às Evas tudo o que elas teem de mais próprio e belo? Que marido seria capaz de permitir, no Brasil, que se obrigue à sua cara-metade exerça im-to-tum, esses direitos e deveres?⁸

Toda essa falácia explica-se pelo fato de a mulher ter rompido, ou, ao menos, tentar romper, com o modelo de mulher ideal na sociedade patriarcal, o único modelo possível definido pelo mundo privado, o do casamento e da maternidade. É a mulher que rompe com uma natureza feminina que lhe outorgaram historicamente. Elas são equiparadas às crianças, são marcadas por uma sensibilidade e sexualidade excessivas, pela natureza de sua constituição⁹. Sob tal perspectiva são seres incapazes de gerir suas próprias vidas, necessitando de constante amparo e tutela, alguém que pense por ela, aja por ela, vote por ela: um cabeça, enfim, um homem.

Mas como se dissera no contexto da reivindicação do sufrágio feminino no Brasil: "ella quer trocar o devoto dever pelo dever do voto"¹⁰. Ela quis e trocou... No entanto não foi sem dificuldades, preconceitos e dúvidas quanto à validade de suas decisões. Um preconceito aristotélico que se arrastou pela mentalidade ocidental e ainda pulsa no imaginário do século XXI. Conforme Colling foi criada historicamente uma conceituação do que é feminino baseada na diferença biológica. A maior contribuição da mulher para a humanidade, que seria sua capacidade de gerar seres humanos, foi transformada em sinal de inferioridade. Temos aí a construção da desigualdade pelo viés da radical diferença biológica.¹¹

Nesse sentido, a diferença torna-se a forjadora da desigualdade e diante disso justifica-se a desigualdade. Mas que fazer quando ser diferente é sinônimo de ser inferior? Boaventura de Souza Santos nos responde ao afirmar que as pessoas e os grupos têm direito a ser iguais quando a diferença as inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza¹². E foi na tentativa serem iguais, ao menos juridicamente, a princípio, que as mulheres pretenderam superar a

⁸ Ibidem, p. 281-282.

⁹ Ibidem, p. 28.

¹⁰ Ibidem, p. 274.

¹¹ Ibidem, p. 328.

¹² SANTOS, Boaventura de Souza *apud* COLLING, Op. Cit., p. 321.



idéia de inferioridade entranhada no imaginário ocidental, herdeiro cultural do pensamento falocrata e patriarcal cujas origens remontam ao pensamento greco-romano e judaico-cristão.

Eis as origens... E juntamente com estas há ainda uma explicação de cunho socialista que merece ser analisada quanto à desigualdade naturalizada¹³ e também a jurídica entre homens e mulheres. Utiliza-se Engels¹⁴ para explicar a opressão histórica da mulher, numa relação entre capital e família.

O autor propõe a idéia de que o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincidiu com desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincidem com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia teria sido um grande progresso histórico, mas também teria aberto ao lado da escravatura e da propriedade privada, uma época que dura até hoje, “onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalçamento de outros”.

A monogamia teria sido então “fundada sob a dominação do homem com o fim expresso de procriar filhos numa paternidade incontestável, e essa paternidade é exigida porque essas crianças devem, na qualidade de herdeiros diretos, entrarem um dia na posse da fortuna paterna.” E o modelo capitalista que alimenta a forma monogâmico-patriarcal – que está na gênese da dominação da mulher, nasceu justamente da “concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos – as dos homens – e do desejo de transmitir essas riquezas por heranças aos filhos desses mesmos homens”. Enfim, a família monogâmica surgiu sob forma de escravização de um sexo pelo outro e, conforme Colling, surgiu como um conflito entre sexos que era ignorado até então na pré-história¹⁵.

Estas idéias podem explicar, portanto, as reações violentas às ações sufragistas. O voto feminino não vem sozinho, com ele vem mudanças em todos os níveis, principalmente, mudanças comportamentais que assustam os mais conservadores. Com a saída da mulher do seu lugar, ou seja, da casa, dos cuidados

¹³ Céli Regina Pinto diz o seguinte a cerca desta naturalização: “Inventamos histórias, inventamos sujeitos, inventamos o homem, inventamos até uma natureza necessária, para podermos negar nossas invenções” *apud* COLLING, Op. Cit., p. 178.

¹⁴ ENGELS *apud* BUONICORE, Augusto. *Engels e as origens da opressão da mulher*. Disponível na Internet em <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em março de 2007.

¹⁵ COLLING, Op. Cit. P. 201.



maternos, para um *locus* público, onde imperam as idéias, as opiniões, as vozes, a mulher apresenta-se como sujeito autônomo desmontando assim, as representações do feminino forjadas até então.

As críticas a tais mudanças foram de uma acidez corrosiva. Sabe-se, que uma maneira de criticar, rebaixar e desconsiderar o outro é através do humor ao fazer graça diante de suas ações. A zombaria e o deboche foram fortes armas anti-sufragistas e anti-feministas em revistas e jornais. Rachel Soihet¹⁶ em sua pesquisa ressalta essa faceta muito utilizada pela imprensa do final do século XIX e início do século XX, bem como pelos articulistas da década de 1970 e 1980.

Soihet¹⁷ destaca que revistas de grande aceitação popular publicavam artigos bem humorados e irônicos defendendo posições bem avançadas para a época, no entanto, quando se tratava da situação da mulher e de sua reivindicação por mais participação na sociedade o tratamento era outro. Havia um tom caricato usado. O recurso da ironia foi um instrumento poderoso para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher. Não se desprezou nenhum meio na difusão do princípio de que os cuidados com os filhos exigiam que a esfera feminina fosse a da casa, a fim de garantir os privilégios masculinos. A *charge* foi um recurso muito utilizado para ridicularizar o movimento feminista.

Um bom exemplo do sarcasmo da imprensa, conforme aponta Rachel Soihet, pode ser observado na revista *Fon-Fon* (de 5/1/1918) que propõe "leilões matrimoniais" como recurso para que as moças feias tivessem chance de conseguir casamento. A revista diz que talvez esse leilão de moças "fosse esse o único, excelente, maravilhoso meio de acabar de uma vez com as sufragistas, as literatas, as neurastênicas, as cochichadeiras e as beatas, horríveis espécies femininas nascidas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das *vieilles filles*". A conclusão a que chega a revista é de que a mulher não agraciada pela beleza, sendo relegadas à condição humilhante de solteirona, a *vieille fille*, buscariam vingança questionando sua condição e aderindo aos movimentos de emancipação¹⁸. Argumento semelhante seria usado cerca de 50 anos depois pelos humoristas do jornal *O Pasquim*. Lá os

¹⁶ SOIHET, Rachel. *Pisando no "sexo frágil"* in Nossa História. Ano I / n°3 / janeiro de 2004, p. 14-20 e SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. Texto enviado por Rachel Soihet por e-mail em abril de 2007.

¹⁷ SOIHET, 2004.

¹⁸ Idem.



articulistas demonstram a existência de dois tipos básicos de mulheres: as bonitas e incondicionalmente burras e as feias divorcistas, feministas e politizadas¹⁹.

Apesar de todo deboche e crítica social, quando se observa a marcha do movimento emancipacionista são notáveis as conquistas femininas. Na Constituição de 1891, as mulheres ainda não tinham direito a voto, direito que só foi conquistado em 1932, na Era Vargas. O Brasil foi o quarto país do mundo a permitir o sufrágio feminino, no entanto, até hoje a participação das mulheres na política, nos cargos públicos ainda é pequena. A pesquisadora Tatau Godinho²⁰, em artigo que considera os dados de uma pesquisa sobre a mulher brasileira nos espaços públicos e privados, realizada pela Fundação Perseu Abramo, apresenta a seguinte fala:

Ainda que a formalidade da cidadania política por meio do voto tenha sido conquistada pelas mulheres brasileiras em 1932, sua presença como sujeito político coletivo, que reivindica autonomia individual e direitos iguais em vários âmbitos, que questiona a subordinação familiar e individual aos homens, só emergiu com o surgimento de um movimento de mulheres com caráter feminista a partir dos anos 1970.

A partir desse momento, no decorrer das décadas de 1970 e 1980 nota-se um crescimento maciço na participação política feminina. A presença se faz em movimentos sociais ativos, introduz novas formas de sociabilidades e oportunidades fora do âmbito familiar. A participação feminina nos movimentos sindicais e na política partidária, ambientes notadamente masculinos, foi crescente. A década de 1990 presenciou certa disputa feminina por espaços nas direções sindicais e políticas.

No entanto, como aponta a pesquisa supracitada, apesar da ampliação da presença feminina nos espaços parlamentares e no Executivo, esta aparece ainda em percentuais bastante tímidos. Como destaca Godinho: "O fato é que, seja nestes âmbitos ou nas várias organizações de caráter político, a presença das mulheres nos espaços de poder e direção continua tendo um caráter de exceção"²¹.

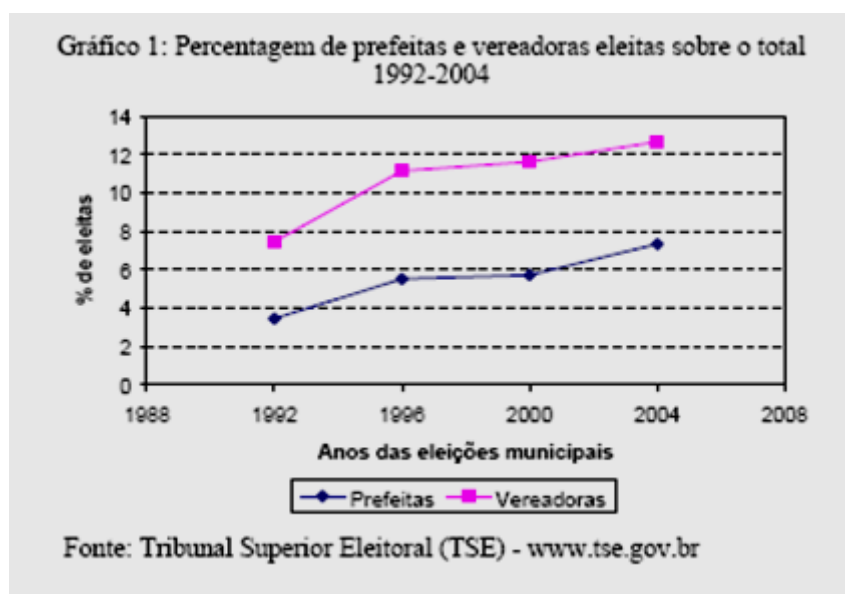
¹⁹ Mais sobre *O Pasquim* encontra-se em SOIHET, Op. Cit., 2007.

²⁰ GODINHO, Tatau. Democracia Política no Cotidiano das mulheres brasileiras. In VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 149-150.

²¹ Ibid. p.152.



Nesse caráter de exceção, nota-se que houve aumento, ou melhor, um tímido aumento. Isso é observado nas eleições para o executivo e o legislativo municipais, na última década do século XX e na primeira do atual (1992, 1996, 2000 e 2004). O gráfico a seguir faz um demonstrativo entre as eleições de 1992 e as de 2004.



Em 1992, número de vereadoras eleitas foi de 3.952, o que representou 7,4% do total de vereadores do país, e o número de prefeitas eleitas foi de 171, representando 3,4% do total dos prefeitos do país. Já em 2004, o número de vereadoras eleitas aumentou, passou a somar 6.555 mulheres, isso representa 12,6% do total de vereadores do país, quanto ao número de prefeitas eleitas no primeiro turno do pleito de 2004 foi de 404 mulheres, o que representa 7,3% do total de prefeitos eleitos²². Nas últimas eleições municipais, em 2008, o número de prefeitas eleitas foi de 504 perfazendo um percentual de 9,08% dos 5042 prefeitos eleitos²³.

É possível perceber esse caráter de exceção também nas eleições de 2006, como aponta os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram poucas as mulheres eleitas em 2006. De um total de 2.498 candidatas (2 à Presidência, 26 aos

²² ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres Candidatas e Eleitas nas Prefeituras Brasileiras – Primeiro Turno das Eleições de 2004*. Disponível na Internet:

<http://www.cfemea.org.br/pdf/JoseEustaquioMulherPrefeitura.pdf>. Acesso em 09-07-07

²³ Dados disponíveis no site cuja fonte é o Tribunal Superior Eleitoral:

http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Partido_Cargo_Sexo_Prefeituras.pdf. Acesso em 16-04-12.



Governos Estaduais, 35 ao Senado, 652 à Câmara Federal e 1.783 às Assembléias e Câmara Legislativas) foram eleitas apenas 176 mulheres (3 Governadoras, 4 Senadoras, 45 Deputadas Federais e 123 Deputadas Estaduais/Distritais)²⁴. Conforme os dados do TSE, as duas candidatas à Presidência tiveram desempenhos bem diferenciados. A candidata Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (Coligação Frente de Esquerda) obteve 6.575.393 votos, correspondendo a 6,85% dos votos válidos, situando-se na terceira posição enquanto Ana Maria Teixeira Rangel (PRP) obteve 126.404 votos, correspondendo a 0,13% dos votos válidos.

De acordo com artigo de Almira Rodrigues, as mulheres concorreram aos Governos Estaduais em 18 unidades da Federação mas não ganharam em nenhuma das unidades em 1º turno. Em cinco Estados, elas alcançaram votação expressiva e disputaram o 2º turno. Dessas, foram eleitas três governadoras, Vilma Maria de Faria (RN), Ana Júlia (PA) e Yeda Crusius (RS). As duas últimas, em especial, enfrentaram forças políticas consolidadas saindo-se vitoriosas, e são as primeiras mulheres eleitas para governar seus respectivos Estados. Este resultado foi pouco superior à eleição de 2002, quando foram eleitas apenas duas mulheres (RJ e RN)²⁵.

Já o Senado Federal renovou 1/3 de seus/as integrantes nestas eleições (27 senadores em 81). As mulheres concorreram em 19 unidades da Federação e elegeram-se como senadoras em quatro. Nas eleições de 2002, foram eleitas oito senadoras para uma renovação de 2/3 do Senado Federal, mantendo-se assim a proporcionalidade em ambos os pleitos, com a conquista de 14,8% do total de cadeiras dessa Casa.

No pleito de 2010, apesar da histórica eleição de uma mulher para o cargo de Presidente da República, ainda é evidente a reduzida participação feminina. Pode-se traduzir esse fato por números, de um universo de 19.472 candidaturas aptas, somente 3.968 eram mulheres. E, desse total de candidatos, foram eleitos 1.655²⁶ representantes públicos, sendo que destes, as mulheres eleitas perfazem o

²⁴ RODRIGUES, Almira. *Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por Mulheres*. Disponível na Internet: <http://www.cfemea.org.br/temasedados>. Acesso em 09-07-07.

²⁵ Idem.

²⁶ Distribuídos entre os cargos de Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais, Distritais e Estaduais



percentual de 11,66%, o que representa em números reais, somente 193 representantes femininas²⁷.

Entre as causas para essa reduzida participação, que situam-se entre as características do processo eleitoral e a lógica estruturante e de funcionamento dos partidos políticos, encontramos, como destaca Almira Rodrigues²⁸, as permanências históricas: a prevalência da cultura patriarcal e as desigualdades competitivas de gênero.

Considerações finais

Diante do exposto, compreende-se que essas permanências históricas são explicações concernentes à formação ideológica de nossa sociedade que outrora defendeu a ideia de que os lugares adequados à mulher deveriam limitar-se à esfera privada. De fato, as mulheres quiseram subir à tribuna e estão em processo de ascensão a ela. No entanto, ironicamente, ainda se percebem as referências tradicionais à questão de gênero denunciando que ainda se mantém relações sociais desiguais. Tais referências aparecem na violência de gênero, na sobrecarga de trabalhos domésticos, na desigualdade no âmbito do trabalho. E não é diferente na política.

Entretanto, vivemos em tempos diferentes daqueles que originaram as idéias fundantes de nossa sociedade. Vivemos no momento de valorizar o humano, independente de gênero, credo ou etnia. Enfim, parafraseando novamente Boaventura de Souza Santos, queremos um universalismo que tenha como ponto em comum a dignidade humana em que as muitas diferenças surgidas sejam respeitadas a ponto de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. E consideremos tal assertiva em todos os âmbitos da vida, da vivência humana, seja ela pública ou privada.

²⁷ Dados disponíveis no site cuja fonte é o Tribunal Superior Eleitoral:
http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/tabela_de_eleitas_e_eleitos_Eleicoes_2010.pdf.
Acesso em 16-04-12.

²⁸ Op.cit.



Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres Candidatas e Eleitas nas Prefeituras Brasileiras - Primeiro Turno das Eleições de 2004*. Disponível na Internet: <http://www.cfemea.org.br/pdf/JoseEustaquioMulherPrefeitura.pdf>. Capturado em 09-07-07

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. Tese de doutorado pela PUC-RS.

BUONICORE, Augusto. *Engels e as origens da opressão da mulher*. Disponível na Internet em <http://www.vermelho.org.br>. Capturado em março de 2007.

GODINHO, Tatau. Democracia Política no Cotidiano das mulheres brasileiras. In VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 149-159.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. SP: Ed. Martin Claret, 2006.

SOIHET, Rachel. *Pisando no "sexo frágil"*. In Revista Nossa História. Ano I - nº 3, janeiro de 2004, p.14-20.

SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. Texto enviado por Rachel Soihet por correio eletrônico em abril de 2007.

RODRIGUES, Almira. *Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por Mulheres*. Disponível na Internet: <http://www.cfemea.org.br/temasedados>. Capturado em 09-07-07.

Dados estatísticos:

Eleitos e eleitas para o Executivo e o Legislativo – Eleições de 2010. Disponível em http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/tabela_de_eleitas_e_eleitos_Eleicoes_2010.pdf. Acesso em 16-04-12.

Estatísticas de partido / Cargo e Sexo: Prefeituras – Eleições de 2008. http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Partido_Cargo_Sexo_Prefeituras.pdf